CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2017

INCLUI CORREIO B E CLASSIFICADOS
cidades@correiodoestado.com.br

EDUCAÇÃO

Sem novo uniforme, alunos não podem usar modelo azul

Algumas escolas proíbem os estudantes de fazer uso de camiseta da gestão anterior

TAINÁ JARA

Alunos de algumas escolas da Rede Estadual de Ensino estão proibidos de vestir uniformes antigos. A reportagem do **Correio do Estado** apurou que em pelo menos três escolas de Campo Grande a direção proíbe o uso do uniforme azul, distribuído durante a gestão do ex-governador André Puccinelli, sendo permitido apenas o uso do uniforme verde, entregue durante a gestão do atual governador, Reinaldo Azambuja (PSDB).

Diretora de uma escola da periferia da Capital, que preferiu não se identificar, afirmou que a orientação ocorreu ainda no ano passado, por meio de comunicado interno da Secretaria Estadual de Educação (SED). Em outro colégio, a direção pediu para os professores informarem aos alunos a medida.

Em escola da região sul da Capital, desde o ano passado os alunos são obrigados a voltar para casa, caso compareçam com o uniforme da atual gestão. Conforme uma aluna, que também preferiu não se identificar, a medida revoltou os estudantes, entretanto, teve de ser cumprida para que pudessem frequentar as aulas.

Em 2015, a entrega dos uniformes foi feita com dois meses de atraso. Na época, a SED chegou a emitir nota permitindo que os alunos utilizassem os uniformes antigos.

Na Escola Estadual Joaquim Murtinho, o uso de ambos os uniformes é permitido pela direção. Aluna do Terceiro Ano do Ensino Médio, Franci Hellen Rodrigues, 17 anos, afirma que não recebeu nenhuma restrição quanto ao uso do uniforme antigo. "Para mim é até mais prático utilizar o azul, pois tenho mais peças dele do que do novo", explica.

A Secretaria de Educação negou que haja alguma orientação quanto ao uso do uniforme por cor. "Os alunos que não têm uniforme verde podem usar o uniforme azul", afirmou por meio de nota.

Saiba

Questão de economia

Neste ano, marcado por medidas de contenção de despesas, a quantidade de uniformes entregue aos alunos foi menor. Os que já eram da rede estadual receberam apenas uma peça. Além disso, o tecido seria de qualidade inferior, segundo avaliação de diretores.

GERSON OLIVEIRA

PERMISSÃO. Contra orientação do governo, algumas unidades permitem que os alunos usem modelo antigo

QUALIDADE

Apesar de a entrega dos uniformes aos alunos das escolas estaduais ter sido iniciada em dezembro, algumas unidades ainda não receberam as novas camisetas. Além disso, a quantidade de peças entregues foi menor do que em anos anteriores. Apenas os alunos novos da rede estão recebendo duas camisetas. Os alunos antigos recebem apenas uma peça de uniforme.

Outra reclamação é com relação à qualidade das peças entregues para o ano letivo de 2017. Além de tecido de qualidade inferior, os alunos estão enfrentando problemas com o tamanho. "As camisetas de tamanho G, por exemplo, vieram com o mesmo tamanho da M do ano passado", afirma uma diretora que preferiu não se identificar.

KIT ESCOLAR

A entrega de kits escolares nas escolas estaduais também está passando por problemas neste ano. Neste caso, a situação é ainda pior, pois a compra nem sequer foi realizada. Depois de abrir licitação para a aquisição dos kits, o governo revogou o processo com a justificativa de que não houve empresas interessadas em prestar o serviço.

Para a compra, o governo precisou aderir a uma ata do Fundado Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) cuja vencedora foi a empresa BrinkMobil. O prazo de entrega previsto é de 130 dias da data de formalização do contrato (12/1/2017). Entretanto, a SED recebe os kits escolares desde a segunda semana de fevereiro. A entrega não foi efetuada pois o Centro de Distribuição da secretaria priorizou a entrega da merenda comprada de forma emergencial para atender as escolas no início do ano letivo.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Professores não têm aumento e Fetems quer reunião com governador

BÁRBARA CAVALCANTI E OSVALDO JÚNIOR

Os professores da Rede Estadual de Ensino (REE/MS) receberam ontem o pagamento relativo ao mês de fevereiro ainda sem o reajuste de 7,64%, que deveria ser aplicado em janeiro. Com o atraso de dois meses e sem previsão para resolução do problema, a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems) protocolou ontem novo ofício, solicitando reunião com o governador Reinaldo Azambuja. Esta é a segunda vez, desde a semana passada, que a categoria tenta se encontrar com o governador.

O aumento de 7,64% é referente ao piso nacional dos professores. Além desse reajuste, há outro, de 4,37%, a ser concedido em outubro. Esses aumentos salariais resultaram de acordo para encerramento da greve, realizada pelos professores em 2015. No dia 30 de junho daquele ano, depois de audiência de conciliação, Reinaldo Azambuja concordou em escalonar o reajuste salarial dos professores até 2021, quando seria integralizado o piso nacional do magistério para a carga horária de 20 horas.

Assim, todos os anos, o governo deve aplicar o aumento do piso nacional (neste ano, de 7,64%), além de outro porcentual em outubro (neste ano, de 4,37%) para chegar ao valor acordado em 2021. Antes, na negociação com o então governador André Puccinelli, a equiparação salarial deveria ocorrer até 2018.

Na manhã de ontem, a assessoria de imprensa da Fetems informou que a entidade está tentando se encontrar com Azambuja. Há duas semanas, em entrevista ao **Correio do Estado**, Roberto Magno Botareli, presidente da Fetems, afirmou que não se trata de negociação com o governo. "É uma decisão judicial e deve ser cumprida", enfatizou.

Botareli argumentou, na ocasião, que o Estado está enxugando a folha salarial do magistério com o desligamento de aproximadamente 4,8 mil professores convocados. "Com isso, o governo terá fôlego financeiro para aplicar o reajuste", afirmou.

ÁLVARO REZENDE/ARQUIVO

ACORDO. Reajustes foram definidos em greve da categoria em 2015

POR AÍ

ACIDENTE

Motociclista morre atropelado e corpo é deixado em rodovia

O motociclista José Carlos da Silva, 38 anos, morreu ao bater em veículo e ser arrastado por 50 metros, na madrugada de ontem, na MS-276, na região do distrito de Amandina, em Ivinhema. Motorista envolvido no acidente fugiu sem prestar socorro. José foi localizado já morto, às margens da rodovia, aparentemente com múltiplas fraturas.

TRANSPORTE PRIVADO

Vereadores farão audiências para discutir sobre Uber

Vereadores debaterão sobre serviço de carona remunerada, depois de decreto do prefeito Marcos Trad limitar atividade da empresa Uber em Campo Grande. Em três sessões, eles querem ouvir a categoria, concorrentes e clientes, antes de agendar audiência pública. Em reunião, antes da sessão de ontem, os vereadores definiram cronograma prévio a audiência pública sobre a regulamentação dos aplicativos na Capital. Motoristas cadastrados nas plataformas serão ouvidos via associações que os representam na terça-feira (7). Taxistas e mototaxistas apresentam, na quinta-feira (9), seu contraponto e demandas. Já clientes e outras organizações poderão se manifestar na terça-feira (14).

PORTO MURTINHO

Deputado federal é multado por pescar durante piracema

O deputado federal e ex-governador de Mato Grosso do Sul José Orcírio dos Santos (PT) foi alvo da Operação Carnaval, da Polícia Militar Ambiental (PMA). Ele foi autuado em R$ 700, na terça-feira, 28 de fevereiro, por realizar pesca esportiva sem portar a licença de pesca amadora necessária para prática durante o período na piracema – época de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida.

O abate de peixes é proibido no período da piracema, sendo permitida a prática de pesca esportiva, o popular "pesque e solte", na calha do Rio Paraguai, em Mato Grosso do Sul, desde 2009. José Orcírio praticava a modalidade em afluente do Rio Apa, em Porto Murtinho, a 443 quilômetros de Campo Grande, e carregava varas de pesca, no último dia da piracema, encerrado anteontem.

Conforme a assessoria da Secretaria Estadual de Segurança e Justiça (Sejusp), a abordagem foi pacífica e não houve resistência por parte do deputado.

Por meio da assessoria, o parlamentar ressaltou que tem a "Licença de Pesca Amadora registrada no Sistema Imasul de Registros e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (Siriema) e que sempre respeitou o período da piracema e é defensor dos rios pantaneiros, sendo contrário a qualquer ato de pesca predatória nos rios sul-mato-grossenses". **(TJ)**